

Fatia maior é dos militares

BRASÍLIA — Os ministérios militares da Marinha, Exército e Aeronáutica abocanham NCz\$ 2 bilhões dos NCz\$ 8,4 bilhões previstos para a administração direta, cerca de 25% dos recursos. Os investimentos previstos para Educação, Saúde e Previdência não chegam à casa dos NCz\$ 2 bilhões, segundo a proposta orçamentária do governo ao Congresso Nacional para o próximo ano — Saúde terá NCz\$ 700 milhões e Educação e Previdência NCz\$ 600 milhões cada.

De acordo com técnicos que trabalharam na proposta orçamentária, o Ministério dos Transportes será o que receberá menos recursos, comparado com o seu orçamento no ano passado. Mesmo assim, a ferrovia Norte-Sul ganhará NCz\$ 140 milhões, um pouco menos que o Ministério da Aeronáutica disporá para instalar no país o sistema de controle aéreo por radar, especialmente para as regiões Norte e Nordeste — seu pedido inicial foi de NCz\$ 360 milhões.

Já as 181 empresas estatais apresentaram, pela primeira vez, ao Congresso Nacional uma proposta detalhada de seus investimentos para 1990, que chegam à casa dos NCz\$ 17 bilhões. "O nível de investimentos prevê a manutenção de uma política de recomposição de tarifas", garante o secretário de Orçamento e Controle das Empresas Estatais, Iran Lima.

Em contrapartida, nenhum dos cálculos relacionados com gastos das empresas estatais inclui a possibilidade de o governo ser obrigado a conceder a todos os servidores públicos federais os 70% do IPC de janeiro, obtidos pelos funcionários do Banco do Brasil no Tribunal Superior do Trabalho (TST). "Não levamos isso em consideração", avisa Iran Lima.

Segundo ele, as empresas do Sistema Eletronáutica investirão o equivalente a 0,77% do

PIB, a Petrobrás 0,79% e a Telebrás 0,69%, compondo o grupo de estatais mais bem aquinhoados com recursos públicos — ao todo, os investimentos estatais chegarão a 3,1% do PIB. Se por acaso as estatais forem obrigadas a recompor salários ou perder receita pelo não-realinhamento de tarifas dos serviços públicos, no orçamento está prevista a possibilidade de obterem recursos com a venda de debêntures no mercado internacional e de ações, no mercado interno.

Ontem, foi também para o Congresso o detalhamento do orçamento da seguridade social que, pela primeira vez, aparece nos textos orçamentários, consolidando todos os investimentos previstos na área de Saúde, Previdência e Assistência Social, que alcançam NCz\$ 50,3 bilhões.

Pela primeira vez o Governo enviou ao Congresso a relação nominal de todos os servidores públicos federais do Executivo, Legislativo e Judiciário. São 880.795 funcionários que consomem, anualmente, o equivalente a 782 milhões de BTN's, algo próximo a NCz\$ 286,5 bilhões. O maior contingente é do próprio Executivo, com 883.795 servidores (94,5% do total) seguido do Judiciário, com 32.790 empregados (3,7%) e Legislativo, com 14.914 funcionários (1,6% do total). Apesar de possuir o maior quadro funcional o Poder Executivo é o que paga menos dos três poderes. "O salário médio do Legislativo é duas vezes e meia maior do que o do Executivo", informa Eloy Corazza, Secretário de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento. O salário médio do Executivo é de NCz\$ 3.060,02, contra NCz\$ 6.061,14 do Judiciário e NCz\$ 7.864,44 do Legislativo.